



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Curso de Direito Eleitoral.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	EJESC	Data	22/05/2020
Responsável pela Demanda	Felícita Sousa Valverde		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do Plano: Anexo I – Item 45.

1.4 Valor Estimado

R\$ 30.000,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Atualização do conhecimento do corpo funcional.

2.2 Resultados Esperados

Por meio da capacitação solicitada, espera-se que os servidores deste Tribunal possam se aperfeiçoar na matéria.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">Objetivo Estratégico: OE6 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Instrumentos Estratégicos Setoriais (PETIC, PEJESC) PDTIC,	Planejamento Estratégico da EJESC <ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico: C2 - Promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores;• objetivo estratégico: R4 – Obter e executar o orçamento necessário às ações;• ação estratégica: Execução do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD 2020)
---	---

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☐ Menos de 1 ano ☐ De 1 a 3 anos ☒ Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso do objeto da demanda ou serão beneficiadas

☐ Uma Unidade ☐ Duas unidades ☐ Três unidades ☒ Mais de Três unidades

2.6 Expectativa de entrega

Em 2020.

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Felícita Sousa Valverde
Telefone	(48) 3251-7444
E-mail	felicita@tre-sc.jus.br
Nome do servidor (substituto)	Synara Corrêa Negrão de Paula
Telefone	(48) 3251-3892
E-mail	symaracorreia@tre-sc.jus.br

4 Integrante Técnico na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Felícita Sousa Valverde
Telefone	(48) 3251-7444



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

E-mail	felicita@tre-sc.jus.br
Nome do servidor (substituto)	Synara Corrêa Negrão de Paula
Telefone	(48) 3251-3892
E-mail	symaracorreia@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

Contratação de empresa para ministrar treinamento em Direito Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

Necessidade de capacitar servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, em especial os que irão atuar nas Eleições Municipais de 2020, com foco nas questões práticas essenciais.

1.2. Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Felícita Sousa Valverde
Substituto	Synara Correa Negrão de Paula
Integrante Técnico	Felícita Sousa Valverde
Substituto	Synara Corrêa Negrão de Paula
Integrante Administrativo	Victor Pereira de Castro
Substituto	Giovanni Turazzi

1.3. Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Evento de capacitação que apresente em sua programação, no mínimo, o que segue:

1. Condições para habilitação à candidatura.
2. Convenções partidárias e procedimento de registro.
3. Propaganda eleitoral.
4. Condutas vedadas, captação ilícita de sufrágio e abuso de poder.
5. Arrecadação, gastos de campanha e prestação de contas
6. Direito processual eleitoral (AIRC, AIJE, AIME, RCED, Representações)

1.3.1. Requisitos Funcionais

Oferecer aos participantes atualizações sobre o tema proposto.

1.3.2. Requisitos Não Funcionais

O contratado deve oferecer treinamento em linguagem clara, utilizando-se de métodos compatíveis com a realidade deste Tribunal

1.3.3. Requisitos Externos

O treinamento oferecido deve estar totalmente adequado às normas eleitorais.

1.4. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Contratação por inexigibilidade. O IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático, com sede em Belo Horizonte/MG, apresenta notório saber sobre o tema, em especial o



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Professor Rodolfo Viana Pereira, e ofereceu proposta de acordo com a solicitação de Unidades deste Tribunal interessadas.

1.5. Contratações Públicas Similares

Produto/Serviço 01	Curso de Direito Eleitoral Prático 2020
Instituição Pública	Tribunal regional Eleitoral do Amapá
Fornecedor	IDDE
Descrição	Curso online de 60 horas, para 29 participantes, com duração de 3 meses.
Valor Estimado	R\$ 28.449,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais)
Observações	Inexigibilidade de Licitação

Produto/Serviço 02	Curso de Direito Eleitoral Prático 2020
Instituição Pública	Tribunal regional Eleitoral do Paraná
Fornecedor	IDDE
Descrição	Inscrição de um servidor no curso online de 60 horas, com duração de 3 meses. http://www.idde.com.br/cursos/cursos-livres-a-distancia/direito-eleitoral-pratico-eleicoes-2018/48
Valor Estimado	R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais)
Observações	Inexigibilidade de Licitação

1.6. Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não há outros serviços disponíveis que atendam à demanda pretendida.

1.7. Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não se aplica.

1.8. Análise dos Produtos/Serviços Identificados

Não se aplica.

1.9. Custos Totais da Demanda

O evento custará R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

1.10. Escolha e Justificativa do Objeto

O IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático desenvolve Cursos de Treinamento de alta qualificação tanto no ramo de Pós-Graduação lato sensu, quanto no de Cursos de Atualização, além de prestar Consultoria em áreas afetas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Seu lastro de respeitabilidade tornou-o parceiro de uma das mais respeitadas Instituições Jurídicas no plano internacional, fundada em 1290: a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, através de protocolo firmado com o seu Centro de Direitos Humanos (Ius Gentium Conimbrigae).

O lastro acadêmico e profissional do IDDE, comprovado através do reconhecimento da qualidade das ofertas tanto no varejo quanto in company, confere óbvia notoriedade ao Proponente.

1.10.1. Descrição do Objeto

Trata-se de curso que capacitará os servidores através da disponibilização de videoaulas especializadas em que se aborda de modo aprofundado a legislação e o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral acerca das temáticas aplicáveis ao cotidiano das eleições.

Os participantes terão acesso às videoaulas e ao material de apresentação das mesmas usado pelo Docente através de plataforma online pelo período de duração do curso (04 meses). No formato ora proposto, não haverá interação por parte do professor ou de tutores especializados.

Ao final, os participantes deverão responder questionário para aferição do aprendizado, sendo considerado aprovado aquele que obtiver mais de 60% de acerto. Os alunos aprovados receberão Certificado de Conclusão com 30 horas de participação.

Durante a semana, terá total liberdade para organizar o tempo de dedicação, lembrando que o acesso poderá ser realizado durante os 7 dias da semana, 24 horas por dia.

1.10.2. Alinhamento do Objeto

Alinhamento com o PAC 2020 e com o item 45 do anexo I do Plano de Aquisições.

1.10.3. Benefícios Esperados

Espera-se a atualização dos servidores em matéria eleitoral

1.11. Adequação do Ambiente

Não se aplica.

1.12. Orçamento Estimado

A proposta apresentada pelo IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático tem o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

2. Análise de Riscos

Não se aplica.

3. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos preliminares e considerando que se trata de capacitação essencial do quadro funcional do TRESA a equipe de planejamento considera a contratação viável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático
para ministrar treinamento em Direito Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático para ministrar treinamento em Direito Eleitoral.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Necessidade de capacitar servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, em especial os que irão atuar nas Eleições Municipais de 2020, com foco nas questões práticas essenciais.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Oferecer aos participantes atualizações sobre o tema proposto.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento com o PAC 2020 e com o item 45 do anexo I do Plano de Aquisições.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

PAE n. 19.884/2020.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Evento de capacitação que apresente em sua programação, no mínimo, o que segue:

1. Condições para habilitação à candidatura.
2. Convenções partidárias e procedimento de registro.
3. Propaganda eleitoral.
4. Condutas vedadas, captação ilícita de sufrágio e abuso de poder.
5. Arrecadação, gastos de campanha e prestação de contas
6. Direito processual eleitoral (AIRC, AIJE, AIME, RCED, Representações) .

Videoaulas, disponibilização do material de apresentação das aulas, duas lives e certificados.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação por inexigibilidade. O IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático, com sede em Belo Horizonte/MG, apresenta notório saber sobre o tema, em especial o Professor Rodolfo Viana Pereira, e ofereceu proposta de acordo com a solicitação de Unidades interessadas deste Tribunal.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Valor para compra de 250 vagas que deverão ser disponibilizadas exclusivamente para servidores do Contratante: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

– Forma de pagamento: mediante nota de empenho, sendo pagos em 06 (seis) parcelas, sendo cada uma paga ao final de cada um dos 06 módulos.

2.10. Seleção do Fornecedor

A contratação é por inexigibilidade de licitação.

2.11. Critérios de Habilitação

Regularidade fiscal e trabalhista.

2.11.1. Critérios Técnicos Obrigatórios

Não se aplica.

2.11.2. Critérios Técnicos Opcionais (Licitação tipo "melhor técnica" e "técnica e preço")

Não se aplica.

2.11.3. Critérios de Preferência e de Desempate

Não se aplica.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade.

2.13. Impacto Ambiental

A empresa deverá minimizar o impacto ambiental com a disponibilização do material de apoio em formato digital.

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica.

2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica.

2.16. Obrigações da Contratante

A Contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente projeto básico;
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão deste Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste projeto básico.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.17. Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estipulados neste projeto básico e na proposta da empresa, constante neste PAE.
- b) desenvolver o conteúdo do programa segundo metodologia pedagógica específica da modalidade presencial, no caso dos itens a); b) d) e e) do item 2.7;
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta;
- d) arcar com todos os tributos referentes a esta contratação; e
- e) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

2.18. Custo estimado da contratação

R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pagos em 06 (seis) parcelas, sendo cada uma paga ao final de cada um dos 06 módulos.

3. Especificação Técnica Detalhada

- 4. **Empresa Contratada:** IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático
- 5. **Professor:** Rodolfo Viana Pereira
- 6. **Data de início:** em data, a combinar conforme interesse do TRE.
- 7. **Metodologia:** Videoaulas; disponibilização do material de apresentação das aulas; 02 (duas) Lives, uma no início do curso e outra no início de agosto, com datas a combinar e infraestrutura (para as lives) a cargo do contratante.
- 8. **Vagas:** 250
- 9. **Prazo de duração:** 120 dias
- 10. **Certificado:** 30 horas de atividades.
- 11. **Programa/Módulos:**
 - 12.1. Condições para habilitação à candidatura.
 - 13.2. Convenções partidárias e procedimento de registro.
 - 14.3. Propaganda eleitoral.
 - 15.4. Condutas vedadas, captação ilícita de sufrágio e abuso de poder.
 - 16.5. Arrecadação, gastos de campanha e prestação de contas

16.1. Marcas e Modelos/Códigos de Referência

Não se aplica.

16.2. Códigos SIASG

Não se aplica.

16.3. Vigência

Não se aplica.

16.4. Modelos de Documentos

Não se aplica.

Florianópolis, em 28 de maio de 2020.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

ACERA manterá contato com a empresa durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços a serem prestados.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Os eventos de capacitação serão realizados por vídeo aulas, disponibilização de material e lives.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Empresa Contratada: IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático

Professor: Rodolfo Viana Pereira

Data de início: em data, a combinar conforme interesse do TRE.

Metodologia: Videoaulas; disponibilização do material de apresentação das aulas; 02 (duas) Lives, uma no início do curso e outra no início de agosto – datas a combinar).

Vagas: 250

Prazo de duração: 120 dias.

Certificado: 30 horas de atividades.

Programa/ Módulos:

1. Condições para habilitação à candidatura.
2. Convenções partidárias e procedimento de registro.
3. Propaganda eleitoral.
4. Condutas vedada, captação ilícita de sufrágio e abuso de poder.
5. Arrecadação, gastos de campanha e prestação de contas

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato ou emitida NE.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica.

1.5. Acompanhamento do Contrato

EJESC será responsável pela contratação.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Será atestado o recebimento após a conclusão de cada módulo, mediante recebimento da nota fiscal:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7. Pagamento

R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pagos em 06 (seis) parcelas, sendo cada uma paga ao final de cada um dos 06 módulos.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste projeto básico ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.12. Penalidades

Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste projeto básico, o Contratante poderá aplicar, à Contratada, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e”, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação. Anexo II – Acordo de Nível de Serviço – ANS.